

## Legislação Econômica — Tópicos Selecionados

"Conjuntura Econômica", a exemplo do que se fez no retrospecto das atividades econômicas no 1º semestre/70, divulga nesta edição as principais normas legislativas postas em vigor no ano de 1970. Os diplomas legais se encontram comentados no correr do texto e se referem, é claro, aos que maior impacto tiveram ou poderão vir a ter sobre a atividade econômica nacional.

### Programa de Integração Social (P.I.S.)

Através da lei complementar nº 7, de 7-9-70, foi instituído o Programa de Integração Social, ou simplesmente P.I.S., "destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas".

Segundo a lei complementar, há duas classes de favorecidos pelos depósitos realizados em virtude das contribuições das empresas em funcionamento no país, tanto no setor industrial como no comercial, assim como no agrícola ou de serviços: a 1ª classe é a dos empregados e a 2ª a dos trabalhadores avulsos.

Diz a lei que se entende por empregado todo aquele definido como tal pela legislação trabalhista e como trabalhadores avulsos os que prestam serviços a diversas empresas sem relação empregatícia e de acordo com o que for fixado no Regulamento a ser baixado pela Caixa Econômica Federal e aprovado pelo Conselho Monetário Nacional.

Vale observar que a lei que instituiu o P.I.S. traz em seus princípios gerais a regulamentação do disposto no Art. 165, inciso V, da Constituição (Emenda nº 1, de 17-10-69) que estatui:

"... art. 165: A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

V — integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei"...

A busca de uma fórmula capaz de integrar o trabalhador na vida e desenvolvimento da empresa, através da cooperação, participando de seus lucros, sem que isso causasse problemas ou incompatibilidades quanto à independência de tomada de decisões de gerência, constitui, todavia, há anos um dos principais objetivos dos que se empenham na tarefa do desenvolvimento econômico do país, dentro dos princípios básicos da paz social.

Em outros países a busca de tais fórmulas tem sido uma constante e as poucas adotadas nem sempre foram coroadas de sucesso, o que mostra quão difícil é encontrar uma maneira coerente de trilhar o caminho certo. Para isso é necessária a compreensão de que capital, gerência e trabalho são comuns, fundem-se no único objetivo de criar riquezas e estas a melhoria do padrão de vida material e cultural.

A "fórmula" ou solução ora encontrada pelo nosso governo é ori-

ginal e realizável, fazendo-se necessário que empresários e empregados se unifiquem para obtenção dos resultados que se vislumbram os mais promissores.

Assim, a lei estabeleceu que a contribuição da empresa para o P.I.S. é de caráter exclusivamente fiscal, segundo o art. 10, não gerando direitos de natureza trabalhista, nem incidência de qualquer contribuição previdenciária em relação a quaisquer prestações devidas, por lei ou por sentença judicial, aos empregados.

Estabelece ainda que "as importâncias incorporadas ao Fundo não se classificam como rendimento do trabalho, para qualquer efeito da Legislação Trabalhista, de Previdência Social ou Fiscal e não se incorporam aos salários ou gratificações, nem estão sujeitas ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza".

Ao instituir o Programa de Integração Social, a lei estabeleceu inicialmente que o Fundo de participação se constituirá de duas parcelas: uma proveniente da dedução do imposto de renda devido e a segunda de recursos próprios da empresa calculados com base no faturamento.

Logo, como está visto nos 2 parágrafos acima, a contribuição da empresa para o P.I.S. deverá efetuar-se com recursos próprios e a despesa não será incluída no cálculo dos custos do produto, mas deduzida para efeito do imposto sobre o lucro tributável. A parcela de faturamento, por conseguinte,



não está sujeita ao imposto de renda e a empresa não terá praticamente qualquer despesa, como se depreende da lei, pois o primeiro recolhimento à Caixa Econômica será a 1-7-71, com base no cálculo sobre o faturamento de janeiro. A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de fevereiro e assim sucessivamente, conforme o art. 6º e seu parágrafo.

Segundo a lei complementar que instituiu o P.I.S., "será executado mediante Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal". Convém recordar que a legislação do imposto de renda (art. 15 e 16 do Regulamento do Imposto de Renda em vigor), ao tratar da empresa, amplia o conceito de pessoa jurídica, o que poderá suscitar dúvidas quanto às empresas realmente abrangidas pela lei complementar nº 7.

Vimos que a lei abrange todas as empresas em funcionamento no país, nos setores industrial, agrícola, comercial ou de serviços, porém as destacou em 3 grupos, conforme o art. 3º, alínea a, § 1º, 3º e 4º.

O primeiro diz respeito ao grupo das que vendem mercadorias. O segundo, às que não têm vendas, e o 3º às que estão isentas do imposto de renda e entidades sem finalidade lucrativa.

Para o 1º grupo a contribuição será a soma de duas parcelas: uma, que corresponde à dedução do imposto de renda, e a outra ao pagamento, através de recursos próprios, dos percentuais calculados sobre o faturamento segundo a letra b do art. 3º da citada lei.

A contribuição será feita mensalmente a partir de 1-7-71, como vimos, com base nos percentuais que seguem:

| Exercício                | Dedução Imp. Renda (%) | Percentual s/faturamento (%) |
|--------------------------|------------------------|------------------------------|
| 1971                     | 2                      | 0,15                         |
| 1972                     | 3                      | 0,25                         |
| 1973                     | 5                      | 0,40                         |
| 1974<br>(e subsequentes) | 5                      | 0,50                         |

Para o 2º grupo a contribuição será feita com recursos próprios nos valores correspondentes a deduções do imposto de renda devido, calculada nas seguintes proporções:

| Exercício             | Percentual |
|-----------------------|------------|
| 1971                  | 2          |
| 1972                  | 3          |
| 1973 (e subsequentes) | 5          |

Para o 3º grupo a contribuição para o Fundo de Participação será feita tomando-se os percentuais sobre o imposto de renda, como se esse fosse devido, e ainda de acordo com disposições legais que deverão ser baixadas.

Vejamos agora de que forma os benefícios criados serão percebidos pelos trabalhadores, ou melhor, como será calculada a distribuição do Fundo.

A participação do empregado "far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais, abertas em nome de cada empregado, obedecidos os seguintes critérios" (Art. 7º):

a) 50% do valor destinado ao Fundo serão divididos em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período; b) os 50% restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado.

A Caixa Econômica organizará um cadastro geral dos participantes do Fundo, na forma a ser estabelecida em regulamento, baseando-se para tal nas informações fornecidas pelas empresas. A omissão quando dolosa, ou a indicação incorreta dos dados sujeitará a empresa ao pagamento de uma multa, em favor do Fundo, de valor igual a 10 vezes o salário do empregado. A lei estabelece em seus arts. 9º e 10º que os depósitos creditados nas cadernetas de participação ao empregado são inalienáveis e impenhoráveis e não constituem rendimento tributável, não gerando direito de natureza trabalhista nem incidência de qualquer contribuição previdenciária.

A caderneta a favor do empregado poderá ser movimentada da

seguinte forma, consoante arts. 8º e 9º §§ 1º e 2º: a) poderão ser movimentados livremente a cada ano os acréscimos, como os juros (3% a.a.) e correção monetária (mesma proporção da variação fixada para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional); b) poderão os valores depositados ser movimentados quando do casamento, aposentadoria, morte ou invalidez, ou como parte do pagamento de casa própria, pelo titular da conta.

A criação do P.I.S. tem como finalidade não só alcançar objetivos econômicos como sociais.

Senão vejamos: a lei complementar nº 7 procura contribuir para o desenvolvimento econômico, pois, através do Fundo de Integração, se pode formar uma poupança nacional e fortalecer o mercado financeiro, permitindo o fortalecimento estrutural das empresas e lhes propiciando assistência financeira não só a prazo longo como a juros reais e convenientes. É por assim dizer cabível que, através da manipulação do Fundo, haja a possibilidade de redução das taxas de juros que vêm sendo aplicadas pelas instituições financeiras privadas; b) por outro lado, pode-se esperar a promoção social do trabalhador através da redistribuição da riqueza global além de incentivá-lo a participar com maior interesse nas atividades econômicas da empresa, o que contribuirá, sem dúvida, para a criação de uma sociedade aberta em que todos possam participar tanto em sua estrutura como em seu crescimento.

Aliás, nesse sentido podemos lançar mão de um pronunciamento divulgado pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento e Coordenação Geral, sobre o Programa de Integração Social. Diz ele:

"... nos aspectos concernentes à operação da empresa, o Programa procura preservar intatos os princípios da livre iniciativa assegurando ao trabalhador a participação em um fundo global, mecanismo simplesmente financeiro, não associado a nenhuma empresa individualmente, evitando envolver-se no mundo complexo da co-gestão, da participação direta nos lu-



cros e de outras formas de participação que, se mal definidas, poderiam traumatizar a motivação empresarial; e evitando criar, para a empresa, qualquer nova obrigação social-trabalhista".

Muitas hipóteses e especulações podem ser feitas quanto à execução do P.I.S. Assim, uma vez regulamentado, poderá ele, através do Fundo, propiciar ao mercado de capitais a captação de novos recursos para financiamento do capital de giro das empresas. Poderá ainda ampliar, senão reforçar, o Plano Habitacional através de ação conjugada do BNH e Caixa Econômica Federal.

Há contudo alguns pontos controversos. A Caixa Econômica Federal, é sabido, possui um número limitado de agências e irá defrontar-se com lançamentos e um sistema arrecadador muito complexo, pois o número de cadernetas do Fundo que deverão ser preenchidas andará pela casa das dezenas de milhões, sem dúvida. E ainda: a administração do Fundo tende a ser altamente onerosa e mesmo que considerássemos uma colaboração da rede bancária privada, esta naturalmente limitar-se-á à simples arrecadação. Assim, persistem dúvidas se a CEF estará realmente em condições de gerir o Fundo quando se sabe que ela sofre tantas limitações.

Já vimos a quem aproveita o P.I.S. Vejamos agora quem está excluído do seu âmbito.

A lei em seu artigo 12 diz que ficam excluídas de suas disposições "quaisquer entidades integrantes da administração pública federal, estadual ou municipal dos Territórios e do Distrito Federal, direta ou indireta". Logo, os empregados em sociedades de economia mista tais como usinas siderúrgicas, empresas de mineração, energia elétrica, administração de portos, companhias de navegação e muitas outras, quando pertencerem à administração do poder público, direta ou indiretamente, estão fora do âmbito do P.I.S., assim como os funcionários públicos e autárquicos. Para os fins da lei, a conceituação de empregado deverá ser

feita nos termos da legislação trabalhista.

Entretanto, poderão surgir dúvidas quanto à participação do trabalhador agrícola, pois a organização da empresa agrícola como tal no Brasil é por demais precária e o Fundo de Integração Social só aproveitará aqueles que estiverem registrados nas empresas. É sabido que são poucas ainda as atividades agrícolas nas quais se pode afirmar que o trabalhador está devidamente inscrito segundo as leis do trabalho, gozando dos benefícios previdenciários, recebendo repouso remunerado, 13º salário, férias e até mesmo descontos regulares para o INPS. Por outro lado, o Ministério do Trabalho não tem poupado esforço em benefício dos trabalhadores agrícolas, entretanto sabemos não atingiu ainda o nível do trabalhador urbano e conseqüentemente será ainda difícil a prestação da assistência necessária às respectivas empresas agrícolas no sentido de normalizar tal situação. Assim, mister se faz que se tomem medidas especiais com o objetivo de não deixar marginalizados os trabalhadores rurais, sempre os últimos a serem integrados nos esquemas assistenciais dos assalariados.

Do ponto de vista fiscal, o P.I.S. talvez propicie aumento na arrecadação dos impostos se o assalariado tomar consciência das vantagens do plano e exercer certa vigilância sobre o faturamento da empresa, evitando emissão de "notas frias", transferência de mercadorias a preços abaixo do mercado, embora hoje o contribuinte sonegador constitua minoria face aos rigores da fiscalização, ou porque esteja tomando consciência da função econômica e social do imposto.

Ainda do ponto de vista fiscal, temos o caso do imposto sobre circulação de mercadorias. Sabemos que a Resolução 65 de 19-8-70, aprovada pelo Senado, estabelece redução de alíquotas de ICM para os exercícios de 1971 a 1974, beneficiando assim diretamente o consumidor final e indiretamente a empresa que é o contribuinte de direito desse imposto. Vemos nessa redução um benefício para a empresa porque tem o preço de

venda de seus produtos diminuído naquela proporção e, assim, teoricamente, poderá vender mais. E ainda, essa redução, como a do imposto sobre produtos industrializados, contribuirá sem dúvida para atenuar a pressão tributária dos efeitos do novo ônus instituído pelo P.I.S.

Por outro lado, a contribuição com base nas vendas poderá provocar o aumento dos custos de produção, pois o faturamento sobre o valor total das vendas tem 2 efeitos: se aumenta, de um lado, os recursos do Fundo, do outro onera os custos das empresas quando tiverem o encargo e a responsabilidade do imposto. Ou ainda: haverá aumento dos preços quando o imposto puder ser transferido, atingindo o consumidor final.

Finalmente, não se pode negar que a carga tributária é ainda elevada, mas uma das possíveis medidas de redução a que o governo se propõe talvez seja a execução do P.I.S., senão pela redução dos impostos indiretos, ICM e IPI, pela redistribuição de uma parcela do imposto de renda em favor do assalariado, pois o Programa de Integração Social é exclusivamente para o setor privado, dando oportunidade a todos os deste grupo a que dele se beneficiem.

Para a implantação do Programa o governo estabeleceu esquema de recursos através do Decreto-lei 1125, de 17-9-70: fixou o percentual de 2,5% sobre o preço do plano de bilhetes de loteria vendidos pela Caixa Econômica Federal, bilhetes esses relativos a extrações que se realizarem no período de 1-1-71 até no máximo 31-12-74, como recursos iniciais do Fundo. Esses recursos deverão ser aplicados na aquisição de equipamentos, material, pessoal e serviços especializados necessários à gestão inicial do P.I.S. e após cada extração deverá a Caixa Econômica contabilizar a crédito do Fundo de Integração o produto resultante daquele percentual.

Vale ressaltar a importância do P.I.S. e acrescentar que a Caixa Econômica, irá sem dúvida, numa linguagem técnica, assumir o encargo de um banco de segunda li-



nha, fazendo repasse dos recursos acumulados aos bancos de investimentos e demais órgãos de crédito.

### **Programa de Formação de Patrimônio do Serviço Público**

A lei complementar nº 8 veio quase imediatamente após a que instituiu o P.I.S., como forma de equiparar o servidor público ao empregado particular. A apresentação do citado diploma legal, por parte do Executivo, teve por fundamento o art. 51 da Constituição, que autoriza o Presidente da República a enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria sem, entretanto, invadir a área de competência exclusiva do Poder Legislativo. A lei ora citada visa dar aos servidores públicos os mesmos direitos dos empregados em empresas particulares.

O governo considera indispensável a distribuição da riqueza global para atingir, na prática, a verdadeira justiça social.

Por outro lado, ao tomar uma decisão dessa natureza, não podia deixar de atender a um outro aspecto de vital importância, que é a simultaneidade da promoção social dos trabalhadores com o desenvolvimento econômico, pois afinal tudo dependerá do comportamento deste último para a crescente participação dos assalariados no bem-estar social.

Podemos sintetizar na Tabela I a lei que instituiu o Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público.

Para o Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público, podemos dizer que, *mutatis mutandis*, são válidas as observações mencionadas para o P.I.S. Além disso, é mais difícil definir hoje o setor público do que o setor privado. Quando a lei usa o termo servidor, geralmente quer significar aquele funcionário regido por estatuto de funcionários públicos. Até aí nada demais, mas quando o setor contrata sob outro regime, justamente aquele que rege para o setor privado, então o assunto se complica, pois o empregado não poderá reivindicar qualquer direito com base na lei que ampara o ser-

vidor público e sim na Consolidação das Leis do Trabalho. O empregador então, o Estado, se despoja do seu caráter de poder público para ir representar o simples papel de empregador privado. Entretanto, não nos referimos ao caso de empresa pública ou de economia mista, de clara definição quanto ao regime empregatício, e sim a outras instituições tais como os Ministérios e Autarquias.

O art. 4º, parágrafo único, menciona simplesmente "cargo ou função de provimento efetivo e de emprego de natureza não eventual" regido pela legislação trabalhista sem qualquer outro esclarecimento que possa servir de linha divisória entre o benefício do P.I.S. e do P.F.P.S.P., quando se encontra sob o regime da Consolidação. Esse fato torna imprevisível o que se dará no caso do Serviço Público Federal, em termos de regime jurídico de pessoal.

Outra observação que pode ser levantada, e talvez a mais importante, é a que se refere ao art. 8º: "a aplicação do disposto na lei complementar, aos Estados e Municípios, às suas entidades de administração indireta e fundações, bem como aos seus servidores, dependerá de norma legislativa estadual e municipal". Neste sentido, não chegamos a compreender o espírito da lei ou as intenções do legislador, ao permitir, de forma relativamente ampla, a formulação de norma legislativa para a aplicação desta importante lei. Isto porque sabemos que essa liberdade concedida no âmbito estadual e principalmente municipal poderá gerar diversas interpretações à formação desse patrimônio, desvirtuando, talvez, a intenção inicial.

### **Trabalho e Previdência Social**

Como uma medida de política de valorização das entidades sindicais e promoção social do trabalhador, particularmente na área do bem-estar social, o governo federal promulgou 2 diplomas legais de elevado alcance social. O primeiro deles (Decreto nº 67 227, de 21-9-70) estabelece prioridades em favor da ação sindical. O Ministério do Tra-

balho e Previdência Social observará, nesse sentido, uma série de princípios tendentes a expandir a assistência social e a prestação de serviços por parte dos sindicatos representativos das categorias profissionais.

Assim, teremos na área da Assistência Social:

a) ampliação da prestação de assistência médico-cirúrgica hospitalar e odontológica, para os trabalhadores rurais e urbanos;

b) doação aos sindicatos e hospitais de material médico-hospitalar, bem como de gabinetes odontológicos e de unidades leves hospitalares a instituições idôneas das comunidades rurais;

c) doação aos sindicatos de trabalhadores, de remédios fabricados pelo governo ou venda a preço de custo.

Na área de Assistência Sindical:

a) empréstimos financeiros às entidades sindicais para construção ou reforma e mesmo ampliação ou aquisição de sede, escolas etc.;

b) incentivos à realização de atividades culturais, prestação de assistência judiciária gratuita para os casos de acidentes de trabalho;

c) empréstimos financeiros simples aos previdenciários sindicalizados até 5 vezes o valor do salário mínimo;

d) bolsas de estudos, concursos inter-sindicais etc.

Para o atendimento dessas prioridades serão utilizados recursos orçamentários ou extraorçamentários existentes em 1970 ou a serem constituídos nos exercícios seguintes.

O segundo diploma legal (Portaria nº 86, de 26-10-70), oriundo do Ministério do Trabalho, já foi em cumprimento do que dispõe o art. 4º do decreto comentado acima, isto é, baixar as instruções complementares que se fizeram necessárias ao fiel cumprimento do disposto naquele decreto.

Destarte, a Portaria nº 86 diz respeito ao item III da área de Assistência Social; em resumo, ela estabelece o seguinte:

— O Ministério do Trabalho e Previdência Social firmará convênio com a Caixa Econômica Fe-



Tabela I — Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público — Síntese

| Contribuintes  | A partir de  | Recolhimento mensal no Banco do Brasil   | Beneficiários  | Critério de distribuição   | Contas individuais   | Não tributáveis  | Levantamento do depósito  | Alteração na relação de emprego  |
|--|--|--|--|--|--|--|---|--|
| União  | 1-7-71 — 1%<br>1972 — 1,5%<br>1973 — 2%<br>e anos subsequentes     | das receitas correntes(*) efetivamente arrecadadas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Adm. Pública.                     | Todos os servidores em atividade, civis e militares, da União, dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, bem como de entidades de administração indireta e fundações.   | a) 50% proporcionais ao montante da remuneração percebida pelo servidor no Período;<br>b) 50% em partes proporcionais aos quinquênios de serviço prestado pelo funcionário | O Banco do Brasil na qualidade de administrador do Patrimônio, manterá contas individuais para cada servidor, efetuando os seguintes créditos:<br>a) correção monetária anual do saldo credor;<br>b) juros de 3% calculados anualmente sobre o saldo corrigido dos depósitos;<br>c) o resultado líquido das operações realizadas com recursos do programa, deduzidas de despesas administrativas e as provisões e reservas cuja constituição seja indispensável. | Os depósitos provenientes do Programa não estarão sujeitos:<br>a) a imposto de renda;<br>b) a contribuições previdenciárias. Ademais, não se incorporam, para qualquer fim, à remuneração do cargo, função ou emprego. | Ao final de cada ano, contado da data da abertura da conta, será facultado ao servidor o levantamento:<br>a) dos juros;<br>b) da correção monetária e<br>c) dos redimidos da cota-parte produzida pelas apurações mencionadas na letra (c) da coluna 6. Poderá, entretanto, receber os valores integralmente depositados por ocasião de:<br>1) casamento<br>2) aposentadoria<br>3) transf. p/res.<br>4) reforma ou invalidez<br>No caso de morte, receberão os depósitos os dependentes ou os sucessores. Poderá ainda requerer a liberação do saldo dos seus depósitos para utilização parcial ou total na compra da casa própria. | Além de serem inalienáveis e impenhoráveis as importâncias creditadas nas contas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e do Programa de Integração Social, também serão obrigatoriamente transferidas de um para o outro, no caso de passar o servidor pela alteração da relação de emprego do setor público para o privado ou vice-versa. |
| Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios  | 1-7-71 — 1%<br>1972 — 1,5%<br>1973 — 2%<br>e anos subsequentes     | a) das receitas correntes próprias(**) deduzidas as transferências feitas a outras entidades da adm. pública.                                  | Nota: os servidores considerados como tais são os titulares das entidades mencionadas acima, de cargo ou função de provimento efetivo ou que possam adquirir estabilidade ou de emprego de natureza não eventual exigido pela lei trabalhista. |  |  |  |   |  |
|  | 1-7-71 — 2%  | b) das transferências recebidas do governo da União e dos Estados (***) através do Fundo de Participação dos Estados, D.F. e Municípios (****) |  |  |  |  |   |  |
| Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e Territórios | 1-7-71 — 0,4%<br>1972 — 0,6%<br>1973 — 0,8%<br>e anos subsequentes | de receita orçamentária, inclusive transferência e receita operacional   |  |  |  |  |   |  |

(\*) — Receitas correntes referem-se às receitas tributárias patrimoniais, industriais diversas, bem como às de capital.

(\*\*) — Receitas correntes próprias são as mesmas correspondentes aos itens mencionados para a União.

(\*\*\*) — Art. 25 da vigente Constituição estabelece que a União distribua 5% do total de arrecadação do imposto de renda e igual percentagem do imposto de produtos industrializados dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.

(\*\*\*\*) — Entendemos que a transferência dos Estados que a lei menciona se refere ao ICM.



deral e a interveniência do INPS, a fim de assegurar o retorno dos referidos recursos;

— a habilitação ao programa de empréstimos far-se-á sempre através do respectivo sindicato de classe.

Alguns requisitos, entretanto, deverão ser preenchidos, tais como, de parte do sindicato:

— estar a autoridade em dia com as suas obrigações no pertinente a boa gestão financeira e patrimonial;

— possuir número de associados equivalente pelo menos: a) 20% dos integrantes da categoria, para os empréstimos solicitados no 1º ano, ou seja, de 1970 a 1971; b) 30% para o período 1971 a 1972; c) 50% para o período 1972 a 1973;

— deverá o sindicato estar reconhecido no mínimo há 12 meses antes da solicitação do empréstimo.

De parte do sindicalizado-previenciário:

— ser empregado de determinada empresa pelo menos com 6 meses de antiguidade e possuir um mínimo de 12 meses de tempo de sindicalizado;

— autorizar, mediante declaração expressa, o desconto em folha de pagamento do empréstimo que lhe é concedido.

A **louvável iniciativa do governo**, contudo, poderá em parte ser frustrada, pelo fato de que o empregado brasileiro, quando possível, resiste a toda sindicalização, acreditamos por desconhecimento da importância da função do sindicato.

Por sua vez, as empresas ficam autorizadas a proceder ao desconto dos empréstimos na folha de pagamento de seus empregados. Ademais, recolherão mensalmente ao sindicato de classe a que estiver vinculado o empregado o montante dos descontos efetuados, devidamente relacionados e individualizadas as prestações e respectivos titulares.

## Aspectos Sobre o 13.º Salário — Previdência e Imposto de Renda Retido na Fonte

### 1) — Previdência Social

A gratificação de Natal foi por muito tempo uma liberalidade das empresas para com seus empregados e que veio a estender-se a todos os trabalhadores por força da Lei 4 090, de 14-7-62, e Decreto 1 881, de 14-12-62, que a regulamentou.

Assim, por força do art. 2º do Decreto acima mencionado, ficaram as empresas obrigadas ao pagamento do 13º salário na fluência do mês de dezembro de cada ano. Para isso, a remuneração devida nesse mês deve levar em consideração o tempo de serviço prestado pelo empregado no ano em curso, além da proporcionalidade de 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço correspondente.

Novas normas surgiram, posteriormente, regulando a matéria. Assim, temos a Lei 4 749, de 12-8-65 e o Decreto 57 155, de 3 de novembro do mesmo ano, que alteraram a forma de pagamento, parcelando-o. Daí, "entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior". A última parcela deve ser paga até o dia 20 do mês de dezembro. O adiantamento será pago ao ensejo das **férias do empregado**, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

Cabe lembrar o comentário sobre salário mínimo publicado em "Conjuntura Econômica", nº 8/70, pág. 114, 2ª coluna.

Dizíamos: "... via de regra, o recolhimento efetuado ao INPS se efetua na ordem de 25,8%, assim distribuídos: 8% relativos ao empregador; 1,2% relativo ao 13º salário; 1,4% salário educação, 1% SENAC ou SENAI; 1,5% SESI ou SESC; 4,3% salubridade; 0,4% INDA e 8% relativos ao empregado limitado ao teto de 10 vezes o salário mínimo regional"...

Vejamos agora, face ao pagamento do 13º salário, como se dá a contribuição de previdência.

Foi pelo Decreto 60 466, de 14-3-67, que se estabeleceu o recolhimento pelas empresas de 1,2%, mensalmente, dos salários de seus empregados. Por ocasião do pagamento, até 20 de dezembro, da 2ª parcela do 13º salário, a empresa descontaria de seus empregados 7,2% a título de indenização ou reembolso, pois houvera adiantado aquela contribuição previdenciária correspondente a seus empregados.

Este Decreto causou grandes equívocos, pois, para os trabalhadores que houvessem trabalhado menos de 1 ano ou que tivessem aumento de salário durante o período, o reembolso à empresa seria maior porque na realidade a parte do empregado para cada mês trabalhado corresponde a 0,6%.

Observemos na prática como se dava o equívoco, supondo que um empregado foi admitido a 1-6-70 com o salário inicial de Cr\$ 200,00, passando a perceber em agosto ... Cr\$ 300,00. Sabemos que a empresa recolhe mensalmente ao INPS 1,2% sobre o salário do empregado com relação ao 13º, como vimos. Assim, a empresa recolhe 1,2% de Cr\$ 200,00 (Cr\$ 2,40) em junho e julho (Cr\$ 4,80) e 1,2% de ... Cr\$ 300,00 de agosto a dezembro (Cr\$ 18,00), totalizando Cr\$ 22,80 recolhidos antecipadamente, que divididos por 2 dá Cr\$ 11,40, ou seja, o que a empresa tem a receber do empregado. Ora, até o dia 20 de dezembro, o empregado **deve receber a 2ª parcela do 13º salário**, ou seja, Cr\$ 175,00, que corresponde a 7/12 do seu salário em dezembro, que é Cr\$ 300,00. Se a empresa descontar do empregado 7,2% da 2ª parcela do 13º salário (Cr\$ 175,00), receberá Cr\$ 12,60 a título de indenização ou reembolso, quando na realidade ela somente antecipou recolhimentos na ordem de Cr\$ 11,40, o que lhe dá uma diferença maior de Cr\$ 1,20.

A publicação do Decreto 60 893, de 23-6-67, veio pôr fim a essas dúvidas, porque estabelece que a empresa deve ser indenizada, apenas do valor efetivamente adiantado. No exemplo do empregado aci-



ma, procederemos então aplicando uma fórmula bem simples e prática qual seja:  $(T.E.) \times (M. T.) = T.A.S.M.$

Explicando a fórmula: taxa que corresponde ao empregado vezes os meses em que trabalhou, igual à taxa aplicável sobre o salário médio do empregado. Assim temos:  $0,6\% \times 7 = 4,2\%$ .

Devemos primeiro achar o salário médio. Para tanto, basta somar os salários percebidos no período trabalhado e dividir o resultado pelo número de meses. Assim: 2 meses a Cr\$ 200,00 (Cr\$ 400,00) mais 5 meses a Cr\$ 300,00 (Cr\$ ..... 1 500,00) = Cr\$ 1 900,00, que dividido por 7 dará Cr\$ 271,43 (valor arredondado).

Isto pôsto, basta aplicar a taxa obtida pela fórmula acima, o que resulta  $4,2\% \times \text{Cr\$ } 271,43 = \dots \text{Cr\$ } 11,40$  onde se demonstra que realmente o desconto feito do empregado corresponde ao valor efetivamente adiantado.

E nos casos em que o salário ultrapassa o teto de desconto para a previdência, ou seja, 10 salários mínimos?

Primeiro, deve-se considerar que, nos casos em que o empregado trabalha o ano todo sem ultrapassar o teto de desconto e se não houver alteração de salário, pode-se aplicar o percentual de 7,2% quando do pagamento da 2ª parcela do 13º salário porque o resultado obtido igualar-se-á às importâncias antecipadas pela empresa no INPS.

Por outro lado, para o empregado que recebe Cr\$ 200,00 durante todo o ano, a empresa antecipou recolhimentos à razão de 1,2% num total de Cr\$ 28,80. Como a parte correspondente ao empregado é de 0,6%, as quantias antecipadas por ele foram de Cr\$ 14,40. A empresa aplicando o percentual de 7,2% sobre o 13º salário encontrará a quantia exata que desembolsou ( $\text{Cr\$ } 200,00 \times 7,2\% = \text{Cr\$ } 14,40$ ).

Nos demais casos, para que não haja locupletamento por parte da empresa é necessário achar-se o salário médio do empregado. Se este tem menos de 1 ano de casa, deve-se encontrar a taxa a ser aplicada consoante a fórmula acima. Se ao contrário possui um ano com-

pleto aplica-se o percentual de 7,2% (depois de achado o salário médio), o que dará a quantia efetivamente antecipada.

Consideremos o caso de um empregado que perceba Cr\$ 2 000,00. Os descontos para a previdência neste caso vão incidir sobre o limite de Cr\$ 1 560,00 de janeiro a abril/70 e de Cr\$ 1 872,00 de maio a dezembro, em virtude do aumento do salário mínimo. Assim, a empresa antecipou nos 4 primeiros meses Cr\$ 37,44 e nos 8 meses seguintes Cr\$ 89,85, sendo que tem direito a ressarcir-se de Cr\$ 127,29.

Deve a empresa, como já foi dito, achar o salário médio do empregado (neste caso, o salário médio teto) para aplicar o percentual de 7,2%.

Logo, de janeiro a abril, temos descontos sobre um total de Cr\$ .. 6 240,00 (o salário mínimo era de Cr\$ 156,00 sendo o teto Cr\$ ..... 1 560,00). De maio a dezembro, com a nova tabela do salário mínimo (veja-se o n° 8/70 da "Conjuntura Econômica", pg. 113), os descontos incidem sobre o total de Cr\$ 14 976,00. Somando-se as duas parcelas e dividindo-se pelo número de meses trabalhados (no caso 12), vamos encontrar o salário médio teto de Cr\$ 1 768,00.

Aplicando-se o percentual de 7,2% temos exatamente Cr\$ ..... 127,29, ou seja, o que realmente a empresa tem direito porque já adiantara, pelo empregado, aquela importância ao INPS.

Mas, o que se verifica em muitas empresas é a nosso ver uma interpretação errada dos dispositivos legais e, quanto aos descontos previdenciários sobre o 13º salário, elas então vêm a se "reembolsar" de quantias superiores às que têm direito.

No último exemplo que foi dado a título de esclarecimento, algumas empresas, em vez de acharem a média do salário base, o que fazem? Aplicam os 7,2% sobre o teto então em vigor (Cr\$ 1 872,00) o que dará Cr\$ 134,78, ou seja, descontaram do empregado mais Cr\$ 7,49 do que deviam, pôsto que a quantia efetivamente antecipada ao INPS pela empresa, como vimos, foi de Cr\$ 127,29. Para o empre-

gado, tais descontos já se tornaram praticamente uma rotina, de modo que não reclamam desse arbitrio.

## 2) — Imposto de Renda Retido na Fonte

Vimos que algumas dúvidas surgem quanto às obrigações previdenciárias, apesar dos vários dispositivos legais regulando a matéria.

A mesma coisa acontece com o imposto de renda retido na fonte quando do pagamento da 2ª parcela do 13º salário pelo empregador.

Quanto à retenção do imposto de renda na fonte, o procedimento para retê-lo ou não é dado pela Instrução Normativa n° 2, de 12-9-69, nos itens 7 a 9 da Seção II do Capítulo I. Esta Instrução veio consolidar "as normas administrativas complementares ou interpretativas da legislação do imposto sobre a renda".

Assim, pela mencionada Instrução itens 7, 8 e 9, a incidência do imposto de renda na fonte sobre o 13º salário só se configura quando a soma da remuneração básica com a quota mensal (duodécimo) da gratificação compulsória exceder o limite de isenção que no exercício de 1970 foi de Cr\$ 696,00. Para o exercício de 1971 o limite da isenção será de Cr\$ 835,00.

Quando ocorrer excesso daquele limite, o desconto do imposto deverá incidir na importância total do rendimento auferido. Para isso, deverão ser considerados os rendimentos (remuneração e 13º salário) pelos seus valores líquidos, quais sejam depois de abatidas as contribuições de previdência, encargos de família e a contribuição sindical, quando ocorrer.

Neste caso, a retenção do imposto torna-se obrigatória, somente no mês em que se der a complementação total do 13º salário, mesmo que parte dessa gratificação seja paga por antecipação a título de adiantamento, nos termos da Lei 4 749, de 12-8-65, ressaltada, no entanto, a hipótese de rescisão do contrato de trabalho quando ocorrer em data anterior ao adiantamento.



Para melhor compreensão do que foi dito, tomemos o seguinte exemplo no caso de não incidência na fonte: um contribuinte percebendo Cr\$ 250,00 de salário e igual importância a título de 13º salário, tendo 1 dependente.

Deduzimos de sua remuneração o encargo de família (Cr\$ 156,00 — dedução legal por dependente no exercício de 1970) e o ônus previdenciário de 8% (Cr\$ 68,00), encontrando um total de Cr\$ 224,00 de deduções e Cr\$ 626,00 que é o rendimento líquido da remuneração.

Vejamos o 13º salário. Deduzida a porcentagem de 7,2% da previdência social (Cr\$ 61,20), temos o rendimento líquido de Cr\$ 788,80. Calculando 1/12 desse rendimento líquido, teremos Cr\$ 65,74 (valor aproximado) que somados ao rendimento líquido da remuneração... (Cr\$ 626,00) dão o rendimento global líquido de Cr\$ 691,74. Assim, este valor não atinge o máximo de isenção (Cr\$ 696,00) e, em consequência, não há incidência do imposto de renda na fonte.

Ao contrário, como vimos, se o rendimento líquido global vier a exceder aquele limite de isenção, a retenção do imposto na fonte se faz necessária e vai incidir sobre a totalidade do pagamento efetuado, ou seja, remuneração mais 13º salário menos ônus previdenciário e encargo de família. Logo, se o contribuinte ganhar Cr\$ 900,00 deduzindo-se de sua remuneração o ônus previdenciário de 8% (Cr\$ 72,00) mais o encargo de família... (Cr\$ 156,00), tem-se como rendimento líquido Cr\$ 672,00.

Para o 13º salário se deduz o ônus previdenciário de 7,2%... (Cr\$ 64,80) para obter-se o rendimento líquido (Cr\$ 835,20). Deste total calculamos 1/12 (Cr\$ 69,60) que somados ao rendimento líquido da remuneração (Cr\$ 672,00) dão Cr\$ 741,60, excedendo o limite legal de isenção de Cr\$ 696,00. Portanto, há incidência do imposto de renda retido na fonte, que vai alcançar o valor total do pagamento no mês da liquidação da 2ª parcela do 13º salário, como segue: rendimento líquido referente ao sa-

lário (Cr\$ 672,00) mais rendimento líquido do 13º salário (Cr\$ 835,20) igual ao total tributável na fonte (Cr\$ 1.507,20), o que daria um imposto de Cr\$ 54,60.

Vale ainda uma observação: os encargos de família (representados por cônjuge e filhos e outros dependentes legais deverão ser informados às fontes pelos contribuintes em modelo gráfico e aprovado pela repartição, em uma única via, que ficará em poder das mesmas, à disposição da fiscalização.

Além dessa informação sobre os dependentes em geral, exige-se a comprovação de encargos de família quando a dedução correspondente na fonte se fizer com base em sentença judicial que fixe valor de alimentos provisionais e quando houver dependentes outros que não cônjuge e filhos.

No primeiro caso será entregue à fonte, pelo contribuinte, cópia da sentença judicial que fixou o valor do encargo. Pela Lei 5.478, de 25-7-68, que dispõe sobre casos de alimento, o devedor (contribuinte) receberá dentro de 48 horas depois de ajuizada a ação, a 2ª via da petição ou termo, juntamente com a cópia do despacho do juiz. O empregador (fonte pagadora) receberá ofício do juízo para informar os ganhos do empregado e fazer os devidos descontos em folha.

No segundo caso, ao inexistir sentença judicial impondo esse encargo, deverá ser preenchido formulário próprio criado pela repartição, para legitimação de tais abatimentos, subscrito por duas testemunhas. Esse documento deverá ser arquivado pela fonte pagadora.

Além dos encargos de família (cônjuge, filho menor ou inválido, filha solteira etc.), o contribuinte poderá abater da sua renda bruta importância correspondente aos seguintes dependentes, mediante aquela declaração: 1) — filhos maiores, até 24 anos, que ainda estejam cursando estabelecimento de ensino superior e não possuam rendimentos próprios; 2) — filha viúva, sem arrimo ou abandonada sem recursos pelo marido; 3) — ascendentes, irmão e irmã, incapacitados para o trabalho; e 4) — descenden-

tes menores de 21 anos ou inválidos sem arrimo dos pais e menor de 21 anos, pobre que o contribuinte crie ou eduque ou maior de 24 anos que ainda esteja cursando estabelecimento de ensino superior.

#### Declaração de Rendimentos — Pessoa Jurídica

Pela Instrução Normativa do SRF nº 49 de 13-11-70, foram aprovados novos formulários e respectivos anexos de "declaração de rendimento — pessoa jurídica", de conformidade com os objetivos do PLANGEF, ns. 51, 57, 61, 63 e 64, quais sejam: "promoção de estudos econômico-fiscais, por principais ramos de atividade, segundo classes de lucro tributável, receita operacional, capital e imposto devido, através dos dados contidos nas declarações de rendimentos de pessoas jurídicas e outros documentos correlatos"; "promoção e execução do plano de dados e informações econômico-fiscais da Secretaria da Receita Federal"; "ampliação e dinamização do CADEC (Cadastro Especial de Contribuintes)"; "implantação nas sedes das delegacias da Receita Federal, de diversos tipos de cadastros especiais e em todas as repartições descentralizadas da Secretaria da Receita Federal, implantação do Cadastro de Firms e Pessoas Físicas que contribuam com 80% da receita de cada um dos impostos, dentro de suas respectivas jurisdições".

Observa-se de imediato que os novos formulários trazem muitas inovações. Apenas como exemplo: na nova declaração, o quadro 04 classifica a empresa segundo a "condição do regime especial de tributação". Neste mesmo quadro, classifica-se o tipo da empresa segundo a natureza jurídica, que agora vem no quadro 09.

Outrossim, apresenta-se um formulário simples de preencher e que, devido às várias modificações implantadas, deverá catalogar maior número de informações, além de favorecer a análise e consolidação das pesquisas já realizadas, e ainda, o planejamento e a



execução de diagnósticos econômico-fiscais do setor industrial.

Vale lembrar que estão obrigadas à apresentação de declaração de rendimentos todas as pessoas jurídicas de direito privado, domiciliadas no país, as empresas públicas, as empresas individuais, bem como as filiais, sucursais, agências ou representantes de pessoas jurídicas, domiciliadas no exterior, isentas ou não, do pagamento do imposto de renda.

Os formulários aprovados são os seguintes:

**Formulário I** — Composto de 4 páginas e complementado por um anexo variável conforme a atividade da empresa (anexos A, B e C).

**Formulário II** — composto apenas de duas páginas e destinado às pessoas isentas.

São as seguintes as empresas obrigadas a entregar o formulário I e o anexo A:

1) as que tiverem a sua tributação baseada no lucro real; 2) — as que gozam de isenção expressa; 3) — as empresas públicas; 4) — as sociedades cooperativas; 5) — as companhias estrangeiras de navegação marítima e aérea, isentas em virtude de reciprocidade de tratamento no país de sua nacionalidade; e 6) — as empresas individuais e as sociedades, com escrituração organizada cuja receita bruta durante o ano de 1970 não ultrapasse Cr\$ 19 801,00 para as primeiras e Cr\$ 3 324,00 para as segundas.

O mesmo formulário, mas com o anexo B, deverá ser apresentado pelas instituições componentes do sistema financeiro, incluídas as sociedades de investimento e com exceção das seguradoras. Estas apresentarão o formulário I com o anexo C.

Deverão apresentar o formulário I (preenchidas apenas as 2 primeiras páginas); as empresas que tiverem sua tributação baseada no lucro presumido ou arbitrado; as empresas individuais e as sociedades, sem escrituração organizada, cuja receita bruta, em 1970, não ultrapasse Cr\$ 19 801,00 e Cr\$ ... 3 324,00, respectivamente.

O formulário II deverá ser apresentado pelas pessoas jurídicas

cujas isenção do imposto de renda seja possível de reconhecimento na forma da legislação em vigor, tais como as instituições de educação, sociedades e fundações de caráter beneficente, filantrópico, caritativo, religioso, cultural, instrutivo, científico, artístico, literário, recreativo; as associações e sindicatos que tenham por objeto cuidar dos interesses de seus associados.

As pessoas jurídicas ficam obrigadas, ainda, a anexar mais os seguintes documentos: a) recibo de entrega da declaração e notificação de lançamento, em duas vias; b) segunda via do formulário I e anexo correspondente, a serem remetidos ao Centro de Informações Econômico-Fiscais pelas respectivas repartições, no caso de receita bruta operacional superior a .... Cr\$ 2 400 000,00 no período base, ou a Cr\$ 2 000 000,00 no período imediatamente anterior, não se permitindo o uso de carbono; c) certificado de aplicação fornecido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ou, na falta deste, cópia do requerimento dirigido àquele órgão, para os que optarem pelos incentivos fiscais na área de florestamento e/ou reflorestamento; d) informação de rendimentos pagos ou creditados a terceiros, durante o ano civil de 1970, em uma única via.

É obrigatório, também, no caso do documento mencionado na letra "d" do item anterior, a identificação do beneficiário do rendimento, mediante aposição do número do CPF ou CGC respectivo, bem como a classificação dos rendimentos em 5 grupos, preferencialmente em folhas separadas e, havendo incidência na fonte, a informação do código correspondente: a) pessoas físicas, com imposto retido na fonte; b) pessoas jurídicas, nas condições do item anterior; c) residentes ou domiciliados no exterior (com preenchimento apenas da 1ª, 3ª, 4ª e 5ª colunas), também com imposto retido na fonte; d) beneficiários não identificados (com preenchimento apenas das 3 últimas colunas), idem; e) quaisquer outros rendimentos sobre os quais não haja incidência do imposto de renda na fonte (com

preenchimento apenas da 1ª, 2ª e 4ª colunas).

Os contribuintes que disponham de processamento eletrônico de dados poderão substituir o modelo citado na letra "d" supra, mencionado, por formulário contínuo, coleção de cartões perfurados, ou por fita magnética gravada.

É dispensável anexar quaisquer outros documentos, ficando os contribuintes, todavia, obrigados a mantê-los em guarda, à disposição da fiscalização ou das repartições da Secretaria da Receita Federal, até a extinção definitiva do direito da Fazenda.

As declarações devem ser preenchidas exclusivamente à máquina e obrigatoriamente deverá ser utilizado o carimbo padronizado, instituído pelo Ministério da Fazenda.

Ainda pela Instrução Normativa analisada, fixou-se que, a partir de 1-1-71, deverá ser utilizado, obrigatoriamente, o Documento Único de Arrecadação (DUA), no pagamento das cotas do imposto de renda, inclusive os duodécimos antecipados, e, quando couberem, juros de mora, multas e correção monetária.

Também foi atribuída competência aos delegados da Receita Federal para, na área de suas jurisdições, estabelecerem escalas de prazo para a apresentação das declarações de rendimentos de pessoas jurídicas no exercício de 1971.

Assim, na Guanabara, foi editada pelo Delegado da Receita Federal, a Comunicação de Serviço nº 1, de 4-1-71, estabelecendo os prazos de apresentação das declarações bem como os percentuais de desconto para os pagamentos no ato, como se vê na Tabela II.

Ao contribuinte é facultada a entrega da declaração antes dos prazos marcados na escala da Tabela II, devendo, neste caso, efetuar o pagamento da 1ª quota ou quota única dentro dos 20 dias subsequentes.

Quando o imposto for inferior a Cr\$ 322,00, deverá ser pago de uma só vez, dentro dos 20 dias da entrega da declaração.

A escala apresentada não se aplica às firmas ou sociedades sujeitas à antecipação do imposto (regime



**Tabela II — Prazo de Apresentação das Declarações de Rendimento e dos Descontos para os Pagamentos à Vista**

| Época do Balanço     | Contribuintes      |                |                  |                |                          |                |                              |                  |                          |                |
|----------------------|--------------------|----------------|------------------|----------------|--------------------------|----------------|------------------------------|------------------|--------------------------|----------------|
|                      | Firmas Individuais |                | Sociedades       |                |                          |                |                              |                  |                          |                |
|                      |                    |                | Em nome coletivo |                | Por cotas de Resp. Ltda. |                | Anônimas                     |                  | Outras Pessoas Jurídicas |                |
|                      |                    |                |                  |                |                          |                | Filiais de Soc. estrangeiras | Con. Serv. Públ. |                          |                |
|                      | Entrega            | Venc. 1.ª Cota | Entrega          | Venc. 1.ª Cota | Entrega                  | Venc. 1.ª Cota | Entrega                      | Venc. 1.ª Cota   | Entrega                  | Venc. 1.ª Cota |
| Até setembro         | 29-01              | 20-02          | 29-01            | 20-02          | 29-01                    | 20-02          | 29-01                        | 20-02            | 29-01                    | 20-02          |
| Em outubro           | 26-02              | 20-03          | 26-02            | 20-03          | 26-02                    | 20-03          | 26-02                        | 20-03            | 26-02                    | 20-03          |
| Em novembro          | 30-03              | 19-04          | 30-03            | 19-04          | 30-03                    | 19-04          | 30-03                        | 19-04            | 30-03                    | 19-04          |
| Em dezembro:         |                    |                |                  |                |                          |                |                              |                  |                          |                |
| CGC, finais: 0-1-2   | 18-03              | 07-04          | 18-03            | 07-04          | 20-04                    | 10-05          | 05-05                        | 25-05            | 20-04                    | 10-05          |
| CGC, finais: 3-4-5   | 25-03              | 14-04          | 25-03            | 14-04          | 27-04                    | 17-05          | 06-05                        | 26-05            | 22-04                    | 12-05          |
| CGC, finais: 6-7-8-9 | 31-03              | 20-04          | 31-03            | 20-04          | 30-04                    | 22-05          | 10-05                        | 30-05            | 30-04                    | 22-05          |

Obs.: Quando o contribuinte apresentar sua declaração de rendimentos dentro do prazo e pagar o imposto no ato, integralmente, gozará do seguinte desconto, calculado sobre o imposto líquido a pagar: a) 8% se o pagamento for efetuado em janeiro; b) 6% se o pagamento for efetuado em fevereiro; c) 4% se em março; e d) 2% se em abril.

do duodécimo). Para estas, o prazo de entrega da declaração será até o dia 20 de cada um dos meses de fevereiro a abril, conforme encerrarem seus balanços, respectivamente em outubro, novembro ou dezembro. Na hipótese de encerramento do balanço até setembro, o prazo de entrega da declaração será até 29 de janeiro, cabendo o recolhimento da 1ª quota até aquela data, vencendo-se as demais no dia 20 de cada mês subsequente. No caso das sociedades anônimas que encerrarem o balanço em dezembro, o prazo de entrega terminará em 20 de maio.

Para as pessoas jurídicas que optarem pela tributação com base no lucro presumido, o prazo de entrega será até 26 de fevereiro e o vencimento da 1ª quota ou quota única será em 20 de março.

#### **Declaração de Rendimentos — Pessoa Física**

Uma das principais modificações introduzidas no âmbito do imposto de renda é a que diz respeito à pessoa física, através da Instrução Normativa do S.R.F. nº 33, de 14-7-70.

Por esta Instrução Normativa foram aprovados os novos formulários para declaração de renda em 1971, consoante os objetivos do

Plano Geral de Administração dos Tributos Federais de ns. 22, 50 e 95.

Estes objetivos compreendem: 1) promoção de estímulo ao cumprimento espontâneo das obrigações tributárias; 2) análise da distribuição da renda através da coleta dos dados contidos nas declarações de rendimentos das pessoas físicas e outras fontes; 3) promoção da arrecadação da receita tributária prevista na lei orçamentária.

Com efeito, para a persecução desses objetivos, fizeram-se sentir as seguintes inovações quanto à identificação do contribuinte, pessoa física: a) deverá apor-se uma etiqueta de identificação sem emendas ou rasuras; b) informação quanto à última declaração apresentada, se com pagamento de imposto, restituição ou isenção; c) informação quanto à data do nascimento; d) informação quanto ao número de veículos possuídos; e) número de imóveis próprios que o declarante possui.

No quadro referente aos dependentes considerados como encargo de família foi reduzido o espaço de 11 a 8 linhas e adotado um espaço-código correspondendo a cada um dos dependentes declarados.

O espaço reservado aos rendimentos também apresenta inovação. Uma delas é a que diz respei-

to ao número de cadastro da fonte pagadora que ora passa a exigir-se além de ter-se dividido o espaço desse quadro em linhas que correspondem, respectivamente, à fonte pagadora e endereço para cada cédula.

Cumpramos ressaltar, com referência à declaração de rendimentos, que foi criado mais um quadro (nº 4) para o lançamento de rendimentos não tributáveis, enquanto o são somente nas fontes pagadoras tais como dividendos etc.

No bloco destinado às deduções cedulares observamos, além da nova forma de apresentação, uma modificação importante na cédula C. Antes lançavam-se deduções referentes a despesas de representação em 3 hipóteses. A primeira quando pagas pelos cofres públicos para exercício no exterior de funções transitórias até 6 meses (consecutivos). A segunda também paga pelos cofres públicos na modalidade da anterior pelo prazo superior a 6 meses. Finalmente, quando pagas por entidades privadas a dirigentes, administradores ou empregados, no limite de 15% da remuneração a eles devida. Agora, permite-se dedução das despesas de representação exclusivamente pagas pelos cofres públicos para o exercício de funções sem prazo estipulado, quer no país, quer no ex-



terior, enquanto era permitida apenas apresentação por exercício de função no exterior.

Quanto à apuração da renda bruta, a modificação foi total. Apresenta-se a apuração no sentido vertical explicitando os vários rendimentos e as deduções a serem transportadas de outros quadros. As declarações anteriores apresentavam um quadro para abatimentos da renda bruta e outro para apuração da renda líquida. Agora há um quadro único.

Para o cálculo do imposto há também novidades. Anteriormente apurava-se o imposto líquido devido, fazia-se a redução para investimentos e a seguir tinha-se o imposto a pagar. Pela nova declaração, o cálculo do imposto a pagar é direto, ou seja, para obter-se o imposto a recolher, tiram-se as parcelas relativas aos incentivos fiscais, achando-se o imposto líquido devido. Desconta-se o imposto na fonte e tem-se o imposto a pagar.

Além disso, vale salientar ainda a inclusão, no quadro referente ao cálculo do imposto a recolher, de mais 2 parcelas, uma diz respeito a desconto por pagamento no ato e a outra a mora por declaração fora do prazo.

De acordo ainda com os objetivos do PLANGEF, a declaração de bens traz em seu todo uma advertência e a menção de dispositivos legais referentes à retificação da declaração de rendimentos e de bens.

Uma vez feita a declaração, o contribuinte datava-a e assinava-a ratificando-a. Pelo novo modelo, além disso, o contribuinte menciona também os documentos que compõem a declaração e sua quantidade.

Quanto aos prazos para a apresentação da declaração, foram reduzidos em 30 dias (de 15 de maio e 25 de maio para 15 de abril e 30 de abril).

Convém registrar que pelas Portarias nº GB 214 e 215, de 18 de agosto e 1-8-70, respectivamente, o Ministro da Fazenda fixa limites de rendimentos e de posse ou propriedade de bens das pessoas físicas, para fins de apresentação da de-

claração de rendimentos, bem como as situações em que a sua apresentação é obrigatória às pessoas físicas. Agora, uma dessas situações obrigatórias de apresentação da declaração é a posse ou a propriedade de crédito e bens de quaisquer montantes e espécies disponíveis ou existentes no exterior.

Pelas Portarias acima foi dilatado o prazo de entrega de declarações especiais até 30 de outubro para os credores dos títulos que tenham sido objeto de regularização contábil pelas pessoas jurídicas em consonância ao Decreto-lei 1 042, de outubro/69. Inicialmente o prazo estabelecido para as declarações especiais era até 30 de abril.

#### **Cartão de Identificação do Contribuinte (C.I.C.) — Cadastro de Pessoas Físicas: Sua Obrigatoriedade**

Um dos objetivos do Plano Geral de Administração dos Tributos Federais (PLANGEF) para o triênio 1969/71 é a elaboração do diagnóstico do Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e determinação da estrutura do universo de pessoas físicas e análises das suas variações, entre outros.

Para a consecução desse objetivo, o Ministro da Fazenda baixou a Portaria nº 321, de 14-8-69, pela qual dita normas sobre a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.).

Quanto à obrigatoriedade da inscrição, assim se manifesta a Portaria 321: "I — A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (C. P. F.) é obrigatória para as pessoas físicas sujeitas à apresentação de declaração de rendimentos".

Numa interpretação literal da portaria, chega-se facilmente à conclusão de que a inscrição do C.P.F. só se aplica "para as pessoas físicas obrigadas à apresentação de declaração de rendimentos".

Conseqüentemente, se dispensam dessa obrigação todas as demais pessoas físicas, mesmo que sofram descontos do imposto na fonte, se não estão obrigadas à declaração de rendimentos.

As normas disciplinadoras da inscrição no C.P.F. foram editadas com a Instrução Normativa nº 12, de 26-2-70. Cuida esta Instrução, inicialmente, da inscrição ex-offício para os contribuintes que apresentaram declarações de rendimentos no exercício de 1969 (ano-base de 1968). A seguir esclarece sobre o procedimento dos cadastrados por essa forma mas que em 1970 não estão sujeitos à apresentação de declaração.

A nosso ver tal Instrução descuidou-se no que diz respeito às pessoas que irão declarar rendimentos no exercício de 1970, mas que não apresentaram declaração em 1969 por não estarem a isto obrigados e, conseqüentemente, não poderiam ser cadastrados ex-offício.

Por outro lado, a Instrução Normativa dispõe que "as pessoas físicas que, em cumprimento ao que determina a Portaria 321, desejarem obter o Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC) deverão inscrever-se no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) mediante preenchimento e entrega do formulário de declaração de rendimentos referente ao ano base de 1969 (exercício de 1970)". "A pessoa física não sujeita a apresentação da declaração de rendimentos cujo dependente necessitar de cartão de identificação do Contribuinte (CIC) deverá inscrever-se no Cadastro de Pessoas Físicas...".

Assim, a partir de 1-9-70 o número de inscrição no CPF seria mencionado obrigatoriamente: "... III ..." a) nos papéis e documentos emitidos no exercício de atividade profissional liberal; b) nas notas promissórias, pelos emitentes, credores, endossantes e avalistas; c) nas letras de câmbio, pelos sacadores, sacados e endossantes; d) nas escrituras apresentadas aos registros de imóveis, por compradores, vendedores e intervenientes; e e) nos contratos de locação de bens móveis e imóveis, pelos locadores.

O que a Portaria 321 deixa antever é que "é a obrigação da apresentação da declaração de rendimentos" o requisito válido para a





# BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S.A.

SEDE: BELO HORIZONTE (MG)

RESUMO DO BALANÇO EM 31.12.70

(Em Cr\$ 1.000,00)

| ATIVO               |           | PASSIVO                |           |
|---------------------|-----------|------------------------|-----------|
| DISPONIBILIDADE     | 55.735    | CAPITAL                | 23.000    |
| EMPRÉSTIMOS         |           | AUMENTO DE CAPITAL     | 17.000    |
| À Produção          | 180.721   | RESERVAS               | 7.853     |
| Ao Comércio         | 134.552   | DEPÓSITOS              |           |
| Outras Atividades   | 83.789    | À vista e a prazo      |           |
| A Entid. Públicas   | 74.863    | DO PÚBLICO             | 446.391   |
| A Inst. Financeiras | 922       | DE ENTIDADES           |           |
|                     | 474.847   | PÚBLICAS               |           |
| OUTROS CRÉDITOS     | 1.005.222 | Govêrno Estadual       | 54.922    |
| VALORES E BENS      | 67.379    | Outros                 | 55.700    |
| IMOBILIZADO         | 42.695    |                        | 557.013   |
| RESULTADO PENDENTE  | 3.087     | OUTRAS EXIGIBILIDADES  | 887.177   |
| CONTAS DE COMPENS.  | 784.825   | OBRIGAÇÕES (Especiais) | 148.304   |
|                     |           | RESULTADO PENDENTE     | 8.618     |
|                     |           | CONTAS DE COMPENS.     | 784.825   |
| TOTAL: .....        | 2.433.790 | TOTAL: .....           | 2.433.790 |

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

2.º SEMESTRE DE 1970

### DÉBITO

|  |        |       |
|--|--------|-------|
| Despesas Operacionais                            | 15.178 |       |
| Despesas Administrativas                         | 49.300 |       |
| Perdas Diversas                                  | 728    |       |
| SUBTOTAL: .....                                  | 65.206 |       |
| DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO                    |        |       |
| Reserva Legal                                    | 180    |       |
| Reserva p/ Prejuizos Eventuais                   | 1.000  |       |
| Reserva de Risco em Operações de Câmbio          | 75     |       |
| Dividendos                                       | 690    |       |
| Percentagem à Diretoria e ao Conselho Consultivo | 116    |       |
| Gratificação ao Funcionalismo                    | 1.500  | 3.561 |
| TOTAL: .....                                     | 68.767 |       |

### CRÉDITO

|                     |        |
|---------------------|--------|
| Rendas Operacionais | 53.137 |
| Outras Rendas       | 13.069 |
| Lucros Diversos     | 2.561  |

TOTAL: ..... 68.767

PRESIDENTE: Ângelo Amaury Stabile  
VICE-PRESIDENTES: Helvécio Gomes Corrêa  
José Pereira de Faria  
DIRETORES: Celso Guerra Lage - Geraldo  
Ildefonso Mascarenhas da Silva - José Alcino  
Bicalho - Virgílio Horácio de Castro Veado  
CONTADOR GERAL: Orivaldo dos Santos  
Andrade - Reg. no CRCMG - 8.311.

\*BEMGE\*BEMGE\*BEMGE\*



obrigatoriedade da pessoa física inscrever-se no C.P.F. e, uma vez inscrita, receber seu cartão de Identificação (CIC), com número próprio e distinto para ser mencionado em determinados atos e papéis. Logo, parece que por tal sistema a pessoa física não sujeita à declaração de rendimentos não o está também à inscrição no C.P.F. e, figurando em qualquer relação conforme o parágrafo anterior, não teria que fazer indicação de número algum. Chega-se a esta conclusão pelos preceitos da mencionada portaria que dá solução para tal hipótese quando prevê naqueles atos a interveniência de dependente de contribuinte inscrito. Como o dependente não possui número próprio de inscrição deverá indicar o do contribuinte de quem dependa.

A Instrução Normativa nº 12 trouxe, indiretamente, com suas normas um caso novo: a apresentação de declaração para efeito de possuir-se o CIC, pois se as pessoas físicas intervierem num dos negócios ou atos mencionados pela Portaria 321, sem que estejam inscritas no CPF, por não estarem obrigadas à declaração de rendimentos, deverão "obrigatoriamente" mencionar seu número de cadastro e para obtê-lo, deverão apresentar declaração de rendimentos. Se entendermos a obrigatoriedade de apresentação da declaração para obtenção do CIC através da mencionada Instrução Normativa, chegamos à conclusão de que ela contraria a Portaria GB 358, de 10-9-69, pois esta traçou as hipóteses em que a apresentação de declaração de rendimentos é obrigatória.

Convém lembrar que a Portaria 321 de 1969 estabeleceu que a partir de 1-9-70 seria obrigatória a menção do número de inscrição no CIC "nos papéis e documentos emitidos no exercício de atividade profissional liberal" etc...

Entretanto, esta Portaria não procurou "definir" ou "identificar" o profissional liberal, deixando, assim, ao critério do próprio contribuinte o seu engajamento, "no exercício de atividade profes-

sional liberal", quando participar daqueles atos.

Por outro lado, pode-se, além desse entendimento, chegar à conclusão do que seja "profissional liberal". Trata-se neste caso de consultar a legislação previdenciária que menciona como profissionais liberais os advogados, economistas, contabilistas, médicos, engenheiros, escritores e outros mais...

Mais recentemente editou-se a Portaria GB nº 224, baixada pelo Ministro da Fazenda, em setembro/70, através da qual se revogou a Portaria 321.

Esta Portaria dispensa tratamento mais incisivo ao cadastramento das pessoas físicas. Se a Portaria 321 dispensava tratamento falho e impreciso quanto à obrigatoriedade do cadastramento, a de nº 224 supre quaisquer dúvidas quando determina: "Além das pessoas físicas sujeitas à apresentação de declaração de rendimentos, ficam obrigadas a inscrever-se no cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.)".

Enumera a seguir os casos da obrigatoriedade de inscrição no C.P.F., entre os quais a obrigatoriedade de inscrição para os partícipes em notas promissórias de valor igual ou superior a Cr\$ ... 300,00, letras de câmbio sujeitas a registro, contratos, objeto de transações imobiliárias de valor igual ou superior a Cr\$ 10 000,00.

Pela Portaria 321, como vimos, deveria ser mencionado o número de inscrição no C.P.F. contido no C.I.C., obrigatoriamente em todos os casos das letras a, b, c, d, somente pelos que já estavam inscritos no C.P.F. Quem não está inscrito nada teria a apor naqueles documentos logicamente, ou, então, entender pela Instrução Normativa nº 12 a obrigatoriedade de sua inscrição (o que entraria em conflito com as determinações da Portaria).

Portanto, entendemos oportuna e vemos razão na Portaria recém-baixada, pois ao mesmo tempo que corrige uma situação que cremos anômala, a de permitir a existência daqueles papéis e documentos, sem que os favorecidos ou signa-

tários fossem inscritos e sem a "obrigatoriedade" de se inscreverem, propicia o cadastramento de maior número de pessoas físicas, conciliando-se assim com os objetivos do PLANGEF.

Devemos observar, também, que pela Portaria em vigor se permite a emissão ou a existência daqueles papéis, porém com a obrigatoriedade de inscrição no C.P.F. dos respectivos partícipes, o que era diferente pela Portaria revogada.

Entretanto, subsiste ainda o "problema de identificação" do profissional liberal, embora tenha havido tratamento menos relutante pela Portaria 224, que estabelece valor mínimo para as notas promissórias e os contratos cujo objeto sejam transações imobiliárias, porque poderão emitir, endossar, avaliar ou firmar qualquer dos documentos e papéis mencionados, além dos "profissionais liberais", qualquer outra pessoa física, capaz para tanto.

Finalizando, devemos notar que o sistema de penalidade para os omissos continua como antes, ou seja, determinado pela letra b do artigo 4º do Decreto-lei 401, de 30-12-68, apenas com os valores de Cr\$ 60,00 e Cr\$ 1 200,00, respectivamente para papel ou documento e por exercício financeiro, corrigidos pelos índices em vigor.

#### **Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos**

O 2º semestre/70 não trouxe alterações consideradas de "grande repercussão" na área do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos. Verificou-se, sim, a fixação de novos valores do imposto, vigentes a partir de 1-9-70.

Apesar da publicação da tabela de preços de venda de derivados de petróleo pelo Conselho Nacional do Petróleo, através da Portaria nº P-6/70, de 28 de dezembro, a vigorar no dia seguinte, 29, os valores do imposto único permaneceram até o último dia do ano aqueles constantes do Ato declaratório 63, de 31-8-70, com vigência a partir de 1-9-70.



Vale lembrar, pois, que foi a partir da Lei 4 452, de 5-11-64, que se alterou sistematicamente a determinação do preço dos derivados do petróleo e do respectivo imposto único, a fim de ajustá-lo às condições de abastecimento nacional, além de outros objetivos.

Finalmente, o Decreto-lei 61, de 21-11-66, e legislação posterior tornaram a modificar a legislação sobre o assunto. Com efeito, o art. 1º da Lei 4 452 previa uma alíquota de 20% sobre o custo CIF médio de importação, no caso do petróleo bruto, dispondo textualmente:

"O imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, qualquer que seja a procedência do petróleo bruto e de seus derivados, será "ad valorem" calculado sobre o preço "ex-refinaria" (art. 2º), no caso de refinados, ou sobre o custo CIF médio de importação, no caso de petróleo bruto, nas seguintes porcentagens segundo o produto" (seguem as porcentagens na lei).

Já o Decreto-lei 61-66, justificando as alterações introduzidas, dispõe no seu art. 1º:

"O imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, qualquer que seja a sua procedência ou a do petróleo bruto que se originar, será adicionado ao preço dos derivados realizados pelas refinarias conforme definido no art. 2º deste Decreto-lei, nas seguintes alíquotas sobre o custo CIF, expresso em moeda nacional, de unidade de volume de petróleo bruto". Seguem-se, na lei, os produtos e percentuais, respectivamente, excluído o petróleo bruto.

Por conseguinte, se dúvidas ainda existiam, o Parecer Normativo 243, de 5-8-70 (MF-CST), veio eliminá-las, pois fixou o entendimento de que o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos não tem incidência sobre o petróleo bruto, seja qual for sua procedência, desde o advento do Decreto-lei 61, de 1966, não sendo cabível portanto qualquer ação ou procedimento judicial para a cobrança daquele tributo.

O ano de 1970 fechou com aumento global desse imposto na ordem de 15,2% com base nas alíquotas vigentes a partir de 1-9-70, enquanto 1969 apresentou acréscimo global de 36,5%.

Vale salientar que o preço unitário dos derivados de petróleo, ao qual é adicionado o imposto, é periodicamente revisto pelo Conselho Nacional do Petróleo, que para isto leva em consideração 2 fatores: a) o custo médio de processamento de um barril de petróleo, de modo a espelhar proporcionalmente os níveis dos preços internacionais de seus similares (com as adaptações necessárias à manutenção do parque de refino) às características do mercado consumidor nacional; b) o custo do refino, bem como o lucro capaz de assegurar o êxito econômico do parque interno.

Assim, face aos fatores acima — novos valores da taxa cambial, elevação dos petróleos importados para completar a produção nacional e outro — é que o Conselho Nacional de Petróleo editou a Portaria nº P-6/70, de 28-12-70, com novos preços e notas explicativas dos derivados de petróleo para todo o país.

Naturalmente, nova tabela de alíquotas do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes deve surgir, mas com vigência a partir de janeiro/71.

#### **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**

O governo federal, após a revolução de 1964, vem introduzindo reformas em todas as áreas de sua competência e poucos foram os setores não atingidos.

Assim, pelo Decreto-lei nº 1 110, de 9 de julho último, foram extintos o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), e criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta nova entidade substitui aquelas entidades ora extintas em todos os direitos, compe-

tências e responsabilidades a elas atribuídas até então.

O INCRA é dirigido por um presidente e 4 diretores, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministério da Agricultura. Quanto aos servidores do IBRA, INDA e GERA, não sofrem alteração quanto ao regime jurídico, passando, assim, aos quadros e tabelas do INCRA.

A decisão governamental parece ter tido o propósito de homogeneizar a cúpula dirigente dos extintos órgãos, cabendo observar que a orientação da nova autarquia será imprimida diretamente pelo Ministério da Agricultura. É sabido que, até então, uma delas estava subordinada à Presidência da República e a outra ao Ministério da Agricultura, sendo, entretanto, praticamente o mesmo, seu objetivo principal: desencadear objetivamente o processo de reforma agrária. Posteriormente foi criado o GERA, também com atribuições de acelerar a execução de reforma.

Acreditamos que a ação daqueles 3 órgãos não chegou a atingir os resultados almejados pelo governo que encara a luta pela reforma no setor agrário como objetivo prioritário. A falta de orientação definida ou mesmo de recursos foram os impecilhos básicos.

#### **Alguns Objetivos do INCRA:**

— formar uma consciência comunitária entre os parceiros, na medida em que estes se forem integrando no processo de produção;

— contar com a mobilização de todos os órgãos estaduais, regionais e municipais, que possibilitem a implantação dos planos de apoio, decididos em: programa de habitação; saúde e previdência; educação básica e funcional; crédito e assistência técnica; implantação de sistemas adequados de beneficiamento da produção e comercialização; e cooperativismo.

Quanto ao processo de assentamento das famílias que serão implantadas na região, obedece a determinados critérios, tais como:

— programa de reformas fundiárias, tendo em vista selecionar



áreas operacionais onde serão implantados os projetos de colonização e regularização das ocupações existentes e tomada de providências para posterior titulação dos beneficiários;

— programa de organização territorial, compreendendo o planejamento espacial das áreas operacionais e de centros comunitários, demarcação de áreas para a exploração de cooperativas e a estipulação de lotes, de acordo com o uso potencial dos solos;

— realização de obras de infraestrutura e engenharia básica, compreendendo a implantação de um sistema rodoviário secundário, drenagem, preparo de solos, canalização etc.;

— programas de organização das unidades de produção, procurando assim determinar o tipo de produção bem como a melhor forma de organização social, para cada região;

— organização operacional dos projetos que se referem à formação de uma equipe encarregada de prestar assistência técnica e educacional ao colono.

Tendo em vista esses critérios, o próprio sistema de colonização da Amazônia baseou-se em duas experiências bem sucedidas: a primeira é a de Iguatemi, ao Sul de Mato Grosso, e a segunda, a do Rio Tinto, na Paraíba. Deu-se prioridade ao sistema de cooperativas, pois se constatou que a adaptação do colono vindo de outras regiões do país, mormente do Nordeste, à comunidade agrícola foi perfeita, contrariando assim a tese de que o homem do campo não se presta ao trabalho associativo. Segundo informações colhidas atualmente em Iguatemi, a produção de alimentos já ultrapassou todas as expectativas, em terras de composição ecológica que praticamente não se diferenciam das do Nordeste. De outra parte, o método que se adota em Rio Tinto permite que mais de 10 famílias trabalhem o solo, embora cada unidade mantenha a propriedade do seu pedaço de terra. Essas experiências fazem crer que é este o tipo ideal de exploração fundiária em regiões inóspitas como a Amazônia.

A propósito, lembramos as palavras do Ministro dos Transportes: "a Amazônia se situa na grande Região Norte do Brasil e é constituída pelos Estados do Acre, Amazonas e Pará, além dos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Essa região abrange, ainda, o Oeste do Maranhão e o setentrião de Goiás e Mato Grosso. O clima da região amazônica é quente, embora perfeitamente suportável em todas as épocas do ano. A Amazônia tem, aproximadamente, 3,6 milhões de habitantes, podendo, no entanto, abrigar 200 milhões de pessoas. As terras agricultáveis são semelhantes às do Sul de Mato Grosso e São Paulo. Dentre as generalizações equivocadas, destacam-se as tocantes à topografia e dos solos. Contrariamente ao que em geral se supõe, as áreas planas e sujeitas a inundações temporárias são bastante reduzidas. Dificilmente ultrapassam 80 km de largura nas zonas sedimentares de formação recente do vale do Rio Amazonas. A maior parte dos terrenos da região apresenta conformação angulada, embora com elevações mínimas. Quanto aos solos, encontram-se grandes variações em suas características, apresentando em diversas áreas variadas riquezas minerais, algumas acumuladas em grandes reservas e, em outras áreas, enormes extensões de terras férteis, propícias à agricultura". São, portanto, solos adequados a uma ocupação permanente, terminou dizendo o Ministro.

Sem dúvida, o INCRA terá papel dos mais importantes, especialmente no vasto programa que se desenha e em especial no deslocamento de trabalhadores rurais dos sertões semi-áridos para outras regiões, procurando sempre sua adequada fixação, acompanhada, como é lógico, de assistência social, técnica e particularmente financeira.

#### **Alguns Aspectos Sobre a Marinha Mercante: Taxa, Renovação e Fundo**

A legislação pertinente ao Fundo de Marinha Mercante acaba de ser consolidada através do Decreto-lei 1 142, de 30-12-70. Simultanea-

mente o governo baixou os Decretos-lei 1 141 e 1 143, na mesma data, estendendo até 1975 os efeitos do Decreto-lei 498, de 13-3-69, para atender o "Programa da Construção Naval 1971-1975" e dispondo sobre a marinha mercante e a construção naval, respectivamente.

Mediante a legislação apresentada, a importação dos materiais destinados à construção dos navios cargueiros, desde que beneficiados por financiamento externo, ficará isenta até 1975 do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados.

Anteriormente à nova legislação, era cobrada uma taxa adicional ao frete devido, denominada taxa de renovação da marinha mercante. Agora, ela será cobrada sob nova roupagem: "adicional ao frete para renovação da marinha mercante (AFRMM)".

A taxa de renovação era cobrada em adicional ao frete devido pelo armador de qualquer embarcação que operasse em porto nacional, de acordo com o conhecimento de embarque e o manifesto do navio, pelo transporte de qualquer carga na saída do porto nacional, no comércio de cabotagem, ou, por ocasião de entrada no porto nacional, no comércio com o exterior. Já o "AFRMM", é um adicional ao frete cobrado, pelo armador, de qualquer embarcação que opere em porto nacional de acordo com o conhecimento de embarque e o manifesto de carga, pelo transporte de qualquer carga na saída de porto nacional, na navegação de cabotagem e interior ou, na entrada em porto nacional, na navegação de longo curso.

O percentual de incidência do adicional continua sendo o mesmo da taxa substituída (20%), assim como a arrecadação não sofreu alterações.

Quanto ao destino da arrecadação, a legislação consolidada favorece 2 tipos de empresas nacionais mediante concessão de empréstimos: as de pesca e as de exportação.

As primeiras poderão obter financiamento de 85% do valor de compra aprovada pela SUNAMAN, quando forem alocados ao Fundo



da Marinha Mercante recursos específicos para este fim. As segundas, para a construção de embarcações em estaleiros nacionais destinadas à exportação até o limite de 80% do seu valor internacional.

mediante as condições aprovadas pela SUNAMAN.

Foram previstos, ainda, mais 2 casos para a movimentação do produto do "AFRMM" destinado ao armador nacional mediante autori-

zação e que antes não estavam previstos: aquisição de equipamento para o reaparelhamento de embarcação própria; para o reparo de embarcação própria em estaleiro nacional.





# Banco da Amazônia S. A.

MATRIZ EM BELÉM — PARÁ

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES (CGC) — 04902979

BALANCETE GERAL EM 04 DE DEZEMBRO DE 1970

| ATIVO  |                  |                       |                  | PASSIVO  |  |  |  |
|--|------------------|-----------------------|------------------|--|--|--|--|
| <b>DISPONÍVEL:</b>                                       |                  |                       |                  | <b>NÃO EXIGÍVEL:</b>                               |  |  |  |
|  |                  |                       |                  | <i>Capital:</i>                                    |  |  |  |
| <b>REALIZÁVEL:</b>                                       |                  |                       |                  | De Domiciliados no País                            |  |  |  |
|  |                  |                       |                  | Reservas e Fundos                                  |  |  |  |
| <i>Empréstimos:</i>                                      |                  |                       |                  |  |  |  |  |
| À Produção   | 235.351.412,78   |                       |                  |  |  |  |  |
| Ao Comércio  | 287.714.169,41   |                       |                  |  |  |  |  |
| A Atividades n/ Especificadas                            | 41.727.592,44    |                       |                  |  |  |  |  |
| A Entidades Públicas                                     | 218.933,13       | 565.012.107,76        |                  |  |  |  |  |
| <i>Outros Créditos:</i>                                  |                  |                       |                  | <b>EXIGÍVEL:</b>                                   |  |  |  |
| Banco Central — Recolhimentos                            | 36.531.809,74    |                       |                  | <i>Depósitos:</i>                                  |  |  |  |
| Cheques, Documentos e Ordens em Compensação ou a Receber | 29.597.646,40    |                       |                  | <i>À Vista e a Curto Prazo:</i>                    |  |  |  |
| Correspondentes no País                                  | 1.723.219,94     |                       |                  | Do Público   |  |  |  |
| Outras Contas  | 69.290.878,34    |                       |                  | De Entidades Públicas                              |  |  |  |
| Departamentos no País                                    | 1.260.743.383,86 | 1.397.886.938,28      |                  |  |  |  |  |
| <i>Valores e Bens:</i>                                   |                  |                       |                  | <i>A Médio Prazo:</i>                              |  |  |  |
| Títulos à Ordem do Banco Central                         | 1.306.439,64     |                       |                  | <i>Do Público:</i>                                 |  |  |  |
| Outros Valores   | 283.720,91       | 1.590.160,55          |                  | <i>A Prazo Fixo</i>                                |  |  |  |
| <b>Bens</b>  |                  |                       |                  | Outras Exigibilidades:                             |  |  |  |
|  |                  | 1.744.978,44          | 1.966.234.185,03 | Cobrança Efetuada em Trânsito                      |  |  |  |
| <b>IMOBILIZADO:</b>                                      |                  |                       |                  | Ordens de Pagamento                                |  |  |  |
| Imóveis de Uso, Reavaliação de Imóveis em Construção     |                  | 30.714.353,16         |                  | Correspondentes no País                            |  |  |  |
| Móveis, Utensílios e Almoxxarifado                       |                  | 14.343.819,10         | 45.058.172,26    | Departamentos no País                              |  |  |  |
| <b>RESULTADO PENDENTE</b>                                |                  |                       |                  | Outras Contas                                      |  |  |  |
|  |                  |                       |                  |  |  |  |  |
| <b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>                             |                  |                       |                  | <b>Obrigações (Especiais):</b>                     |  |  |  |
|  |                  |                       |                  | Recebimentos p/c do Tesouro Nacional               |  |  |  |
| <b>TOTAL</b>   |                  |                       |                  | Redescontos e Empréstimos no Banco Central         |  |  |  |
|  |                  | Cr\$ 2.962.494.065,82 |                  | Depósitos Obrigatórios — FGTS                      |  |  |  |
|  |                  |                       |                  | Obrigações p/ Refinanciamentos e Repasses Oficiais |  |  |  |
|  |                  |                       |                  | Outras Contas                                      |  |  |  |
|  |                  |                       |                  |  |  |  |  |
|  |                  |                       |                  | <b>RESULTADO PENDENTE</b>                          |  |  |  |
|  |                  |                       |                  | <b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>                       |  |  |  |
|  |                  |                       |                  |  |  |  |  |
|  |                  |                       |                  | <b>TOTAL</b>                                       |  |  |  |
|  |                  |                       |                  |  |  |  |  |

Belém (Pará), 04 de Dezembro de 1970. — Dr. Francisco de Lamartine Nogueira — Presidente. Diretores: Antônio Moysés Nadaf, Francisco Edson de Oliveira, João Rodrigues Leal, Oswaldo Blanco de Abrunhosa Trindade, Wanderley de Andrade Normando. — João Mousinho Coêlho — Contador — CRC — Pa. Reg. n.º 0383 — Chefe do Departamento de Contabilidade.